

# OS SENTIDOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: OS CAMINHOS DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA COLETIVA E ORGANIZATIVA

Doutora Marilene Zazula Beatriz<sup>1</sup>  
Universidade Tuiuti do Paraná

## 2- Princípios e Plataformas de Economia Solidária: A Organização Social no Brasil e no Paraná

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo comparar os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária e os sentidos que estão em uso nos espaços de trabalho, de um grupo de trabalho informal constituído por mulheres da Comunidade Monte Moriá, em Curitiba - PR, para investigar as coerências e incoerências entre o que é discutido em documento de domínio público e o que é vivenciado no cotidiano das pessoas. Busca-se referenciar este campo com a perspectiva teórica do construcionismo social e da psicologia social usando como referências: Ibáñez (1993), Iñiguez (2002), Spink (2000); Spink & Frezza (2000) e Spink (2000). E da Economia Solidária, Singer (2006; 2004; 2002, 2000; 1999), Mance, (2003), Arruda (2006), Tiriba & Picanço (2004), Souza (2006), Antunes (2006), Schiochet (2006), Verardo (2005), Arruda (2006), Spink (2003), além das transformações do mundo do trabalho a partir de Dowbor (2005), Souza *et.all.* (2004). Os métodos que caracterizam esta pesquisa são o estudo de caso de um grupo de trabalho informal, entrevistas em profundidade realizadas com integrantes do grupo; além da observação participante e a análise do Documento Base que subsidiou a realização da I Conferência Nacional de Economia Solidária (2006). O estudo permitiu concluir que se faz necessário maior aproximação do movimento da Economia Solidária com os atores sociais para torná-lo legítimo no cotidiano das pessoas e grupos da sociedade como um todo.

Palavras-Chave: Psicologia Social, Economia Solidária, Grupo de Trabalho Informal, Conferência Nacional de Economia Solidária.

### ABSTRACT

This study has aimed at comparing the senses of Solidary Economics, which is contained in the Base Document of the I National Conference on Solidary Economics, to the sense being applied to the work spaces of an informal work team made up of women from the Moriá community and in order to investigate the coherence and incoherence between what is institutionally discussed and what is actually experienced in the day-to-day of people. This field of study endeavors to find support in the theoretical perspective of the social constructionism and Social Psychology by using references such as Ibáñez (1993), Iñiguez (2002), Spink (2000); Spink & Frezza (2000) e Spink (2000). And Singer's Solidary Economics (2006; 2004; 2002, 2000; 1999), Mance, (2003), Arruda (2006), Tiriba & Picanço (2004), Souza (2006), Antunes (2006), Schiochet (2006), Verardo (2005), Arruda (2006), Spink (2003), as well as the transformations of work world of Dowbor (2005), Souza *et.all.* (2004). The methods which characterize this research are the case study of an informal team work, in depth interviews made with the members of said team, the participative observation of its progress during a year and a half and the analysis of the Base Document, which subsidized the I National Conference on Solidary Economics. This study has enabled us to conclude that closer ties, between the Solidary Economics movement and the social players,

---

<sup>1</sup> Doutorado em Psicologia Social pela PUC-SP; Psicóloga pela UFPR, Pós-graduada em Gestão de RH, Mestrado em Administração pela UFPR. Atual vínculo Institucional com a Universidade Tuiuti do Paraná. Email: marilene.zazula@utp.br.

are needed in order to legitimize this movement into the day-to-day of people and society groups as a whole.

Key words: Social Psychology, Solidary Economics, Informal Work Teams, National Conference on Solidary Economics.

## **INTRODUÇÃO**

O que a sociedade brasileira está fazendo para dar conta da falta de emprego formal aos cidadãos em idade economicamente ativa? Seguramente, até o momento, ninguém tem uma resposta satisfatória. Ouve-se sim, muitas “explicações” sobre as causas do desemprego: algumas alegam que é um processo mundial e próprio do modo de produção capitalista no momento agravado pela revolução tecnológica, pela falta de crescimento econômico em níveis adequados dos países nas últimas décadas do século XX, pela internacionalização da economia e acirramento da competição e pela concentração do capital em torno de instituições financeiras. Outras explicações aliam a disponibilidade individual de querer trabalhar, buscar qualificação, ou seja, deve ser de responsabilidade do indivíduo a sua inserção no mercado de trabalho. É claro que muitos que não demonstram interesse legítimo em buscar formas para sua inserção, mas aliar as explicações do fenômeno do desemprego estrutural somente a atitudes individuais torna-se bastante simplista para um problema tão complexo.

O início deste processo obviamente não é de hoje, mas para o objetivo deste estudo faremos um “corte” na história, começando a observar as transformações no mundo do trabalho. No Brasil a partir de 1990, com a abertura do mercado para a era da globalização, fez com que inúmeras organizações repensassem sua forma de funcionar e de gerir custos. Neste sentido, cresce a precarização do trabalho, a terceirização, o desmonte das leis e regras sociais, as privatizações, além de exigir do trabalhador um perfil profissional mais qualificado, tornou o trabalho assalariado um problema social, já que a quantidade de demissões alcançou números sempre mais elevados do que as contratações.

Como se vive em uma sociedade de consumo e de baixo nível de reflexão e de crítica, muitas pessoas acreditam que a sociedade capitalista é a única e a verdadeira forma de ser da sociedade. Dowbor (2005) comenta que: “Encontramos nesta posição muita gente simplesmente inconsciente e ignorante da dimensão do drama que se avoluma, e que vira as costas para a explosão da criminalidade, o aumento do desemprego, a desorientação dramática da juventude, a fome, a corrupção política e empresarial, a perda generalizada de valores”.

O capitalismo como forma de organização de produção é um bom produtor de riquezas, mas não distribuidor de renda. É um sistema injusto que coloca o ser humano

numa posição de explorador *versus* explorado, e as pessoas cada vez mais se submetem a ele, sem criticar ou olhar com cautela o que está acontecendo, amortecidos pela idéia de que o sistema de produção capitalista é ainda o melhor.

Durante as leituras pude facilmente levantar que os milhares de trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mercado formal de trabalho, tiveram que trabalhar, ou melhor, ganhar a vida, em várias atividades econômicas ditas informais, como: comércio ambulante, coleta e reciclagem de lixo, pequenos serviços domésticos, micronegócios familiares, hortas comunitárias, drogas, prostituição (TIRIBA, 1997), quase chegando a pequenas transgressões e delitos.

Sabia que tal informalidade não seria suficiente nem para abarcar todas as pessoas desempregadas em idade economicamente ativa e nem para resolver a questão da falta de emprego. Então, na continuidade dos estudos e leituras, constatei a existência de movimentos da sociedade em prol da denúncia e da busca de soluções para os seus problemas sociais. Ainda que de maneira “subterrânea”, sem real espaço na mídia dominante, ouvem-se vozes por meio de eventos que se organizam nas mais variadas regiões do país e do mundo como fóruns, encontros, reuniões, clubes de trocas, entre outros. Pessoas e grupos dispostos a lutar por uma ou várias causas consideradas justas, unem-se, debatem, analisam, propõem soluções, ao mesmo tempo, em que agem buscando uma sociedade igualitária e justa. Neste sentido, cheguei ao que chamaríamos a um “mundo novo” acontecendo por “debaixo” da economia vigente. O mundo dos empreendimentos solidários que varia: desde grupos informais até cooperativas e associações, de pequenos empreendimentos até a idéia de se criar uma rede de empreendimentos solidários seguindo a cadeia produtiva. Este mundo novo é onde acontece outra economia baseada em valores como a solidariedade, a cooperação, a distribuição de renda e a autogestão. Esta outra economia é também denominada de Economia Solidária que se baseia numa sociedade com cidadãos ativos, conscientes e organizados sob várias formas cooperativas e associativas de produzir, trocar, comercializar, consumir e financiar, baseada em valores diametralmente opostos aos do modo de produção capitalista como: individualismo, competitividade acirrada, concentração de renda e hierarquia (heterogestão).

Neste sentido, a Economia Solidária no Brasil está tomando um vulto cada vez maior. Dados levantados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (período entre 2004 e 2006) sugerem que existem no país 14.956 empreendimentos considerados solidários, onde cerca de 1,25 milhão de trabalhadores estão reunidos em cooperativas (11%), associações (54%), grupos informais (33%) entre outros empreendimentos solidários e que fazem circular R\$ 500 milhões por mês. Saltando para 21.858 empreendimentos solidários e 1.687.496 trabalhadores em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Economia

Solidária, ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 2007. No entanto, apesar do movimento da Economia Solidária no Brasil e na América Latina estar sendo fortemente expandido no atual momento histórico, e logo passaremos a discutir sobre este fato, vale adiantar que processos como esses já vem ocorrendo desde o final do século XVIII com os experimentos de Robert Owen (1770-1858) com as aldeias cooperativas as quais tentaram enfrentar a precariedade social que a revolução industrial imprimira na sociedade européia. Os movimentos cooperativistas e associativistas na Europa foram liderados por pensadores como Marcel Mauss, Saint-Simon, Fourier e Proudhon. Tais pensadores preocupavam-se com problemas sociais que poderiam ser gerados pela economia de mercado. Já Proudhon (1809-1865), concebeu o que hoje chamamos de Banco Popular e os Clubes de Troca.

O fracasso destas experiências que sugerem inquietação e indignação desses personagens face à realidade que presenciavam não foi devido a intencionalidade, mas a falta de compreensão do caráter dinâmico da história do homem e também de perceber que algumas destas experiências, como as de Proudhon foram de cunho apenas reformista, no sentido de que seus projetos seriam uma tentativa de tornar o sistema mais justo e não de superá-lo, com a eliminação da propriedade, por exemplo, apenas redistribuindo a renda (BERTUCCI, 2005).

No atual momento brasileiro, Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária do governo Federal, arrisca a dizer que o Brasil é atualmente o palco do maior surto de Economia Solidária devido a forte massa de pessoas, em idade economicamente ativa, estarem sobrevivendo do trabalho à margem do setor capitalista hegemônico. “Aquilo que era para ser absorvido pelo capitalismo, passa a ser tão grande que representa um desafio que só pode ser superado por um movimento que conjugue todas essas formas e que desenvolva um projeto alternativo de Economia Solidária” (Termo Técnico de Referência, 2004, p. 14).

Neste sentido, no âmbito do governo federal, criou-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, para desenvolver um Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) com o objetivo de mapear os empreendimentos solidários existentes no Brasil e também de ser uma forma de reconhecer e de fortalecer experiências de geração de trabalho e renda, sob a ótica da Economia Solidária. Para tanto, define como empreendimento de Economia Solidária a organização que possua as seguintes características: a) organizações coletivas suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, etc); b) os trabalhadores são pessoas que exercem autogestão; c) são organizações permanentes, isto é, não são práticas eventuais; d) podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à vida real ou regular da organização; e) são organizações que

realizam atividades econômicas: produção, serviços, créditos, comercialização e consumo solidário; f) são organizações singulares ou complexas. A Secretaria tem como missão fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, fortalecendo as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se referência de política pública implementada com participação social.

A Economia Solidária no Brasil tem sido organizada por diversos atores que contribuem para o seu fortalecimento. Pode-se incluir em empreendimentos solidários (MANCE, 2003) os: grupos de trabalho ou coletivos informais: são formados por várias pessoas que desenvolvem atividades no setor informal e decidem trabalhar coletivamente para facilitar o acesso ao comércio e aquisição de matéria-prima. podem se organizar como grupos informais de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural e urbano; Iniciativas de consumo crítico, solidário e coletivo: possui como um de seus objetivos consumir produtos ecológicos e produzidos de forma solidária; Bancos comunitários; Clubes de troca; Lojas de economia solidária; Feiras de economia solidária; Associações de trabalho; Cooperativas populares; Estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; Empreendimentos coletivos autogestionários ou empresas autorecuperadas; Centrais de comercialização; organizações econômicas de comunidades tradicionais: quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais e outros extrativistas e Agroindústrias familiares.

É importante observar que tanto as cooperativas populares, quanto associações de trabalho são mais bem reconhecidas pela sociedade, o que não ocorre com as demais modalidades de empreendimentos solidários.

Em termos de análise acadêmica observou-se que existem muitos estudos direcionados a empreendimentos solidários que buscam compreender o fenômeno da Economia Solidária nos mais variados níveis de análise (macro, organizacional e grupal). No entanto, muitos desses estudos estão focados no nível organizacional e macro, alguns grupais, utilizando-se de empreendimentos já constituídos como solidários (cooperativas, associações e empresas autorecuperadas) e poucos direcionados as demais modalidades, especialmente a grupos de trabalho ou coletivos informais.

Portanto, esse estudo tem como foco de análise um grupo de trabalho informal, buscando compreender seu funcionamento e contribuir na construção de conhecimentos sobre este tipo de empreendimento solidário. Além disso, considerando que o movimento da Economia Solidária é recente no país e, especialmente, no Estado do Paraná, buscou-se

compreendê-lo melhor a partir da análise do Documento Base que subsidiou a I Conferência Nacional de Economia Solidária, ponto alto das discussões sobre o tema no Brasil.

Nesse sentido, esse artigo tem como objetivo principal comparar os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária e os sentidos que estão em uso nos espaços de trabalho, de um grupo de trabalho informal constituído por mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo da Comunidade Monte Moríá, em Curitiba – Paraná, para investigar as coerências e incoerências entre o que é discutido em documento de domínio público e o que é vivenciado no cotidiano das pessoas

O texto está estruturado em mais três seções além da introdução. A introdução trata das transformações no mundo do trabalho conforme discutido por pesquisadores, os mais diversos, perpassando pelas relações de trabalho no modo de produção capitalista, o desemprego e o trabalho na economia popular. O campo da Economia Solidária também é retratado neste momento convidando o leitor a conhecer as idéias em circulação sobre o tema. A próxima seção traz um detalhamento dos objetivos e da metodologia adotada na realização da pesquisa que deu origem a este artigo. A seção seguinte apresenta uma descrição e análise dos resultados obtidos, por meio da comparação dos sentidos da Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional com os sentidos coletivos encontrados no Grupo de Trabalho Informal. A última seção traz algumas considerações e estudos futuros que pensamos merecer a atenção de estudiosos nesta área.

### **Aproximação do Movimento da Economia Solidária**

O espaço para o desenvolvimento do projeto foi disponibilizado por uma instituição cristã-evangélica, denominada de Comunidade Monte Moríá, fundada em 1998. Para a criação do projeto foi realizada uma pesquisa com a população do bairro com o objetivo de levantar suas demandas em relação à saúde, educação e trabalho. Tal projeto contou com parcerias, que duraram por cerca de 5 anos (2000 a 2005), por meio de doações de cestas básicas mensais e de atendimento médico especializado.

A distribuição das cestas básicas às mulheres integrantes do Projeto foi condicionada à participação delas em cursos com conteúdos sobre educação, saúde e trabalho com envolvimento de profissionais voluntários: psicólogos, médicos e acadêmicos de medicina pedagogia e psicologia.

Um dos resultados do Projeto Vivendo e Aprendendo, foi a construção de uma cozinha industrial-comunitária com uma produção de 300 potes de geléias por semana, mas apesar de ser considerada uma fonte geradora de trabalho e renda, depois de alguns

meses, as mulheres desistiram de produzir, porque sentiram inúmeras dificuldades para comercializar, principalmente por não ter nota fiscal, o que inviabilizou a entrada do produto no mercado.

Durante o processo de produção das geléias o grupo contava com quarenta e duas mulheres. Quando decidiram interromper a produção e a distribuição de cestas básicas, o grupo reduziu-se para quinze. No início de 2006, estava com aproximadamente doze mulheres interessadas em continuar com a proposta de geração de trabalho e renda. Em setembro de 2006, o grupo contava com aproximadamente oito. A fase de observação terminou ao final de 2005. Em 2006, a partir de uma reunião com o pastor e sua esposa e com a pastora decidiu-se fazer entrevistas com as mulheres para delimitar qual seria o melhor produto e/ou caminho a seguir. Com as entrevistas, descobriu-se a tendência do grupo ao artesanato.

Então, a partir de março de 2006, deu-se início as aulas de artesanato com a produção de bolsas de palha de taboa. Elas aprenderam a cortar a palha de taboa, a carregá-la de forma correta, a separar as folhas, a secá-las e a trançá-las. Depois, aprenderam a construir o tear e a configurar as bolsas a partir das fibras trançadas. Isto ocorreu entre março e novembro de 2006. Em dezembro desse mesmo ano, as mulheres participaram da II Feira Estadual de Economia Solidária, em Londrina (Paraná), expondo a sua produção.

Das treze mulheres entrevistadas, dez eram participantes do Projeto Vivendo e Aprendendo – grupo de trabalho informal da Comunidade Monte Moriá; duas eram responsáveis pela implantação e desenvolvimento do Projeto (uma pastora e uma esposa de pastor); e uma era voluntária para auxiliar no projeto.

As mulheres encontravam-se numa faixa etária que variou entre 32 a 62 anos, sendo que a idade média era de 41 anos. A maioria das mulheres é casada (77%) e destas, 80% estão no primeiro casamento e 20% no segundo, motivado por viuvez ou separação.

Das mulheres entrevistadas 15,3 % são semi-analfabetas, 53,8% possuem ensino fundamental incompleto, 7,7 % completaram o ensino médio, sendo esta a escolaridade das mulheres participantes do projeto. A pessoa voluntária possui ensino médio em Magistério e instrumentação cirúrgica; a esposa do Pastor está cursando ensino superior na área de gestão de vendas e a Pastora possui o curso superior em Economia, Teologia e Mestrado em Educação.

Das dez mulheres participantes do projeto, cinco possuem renda mensal abaixo de um salário mínimo; uma recebe o salário mínimo; duas possuem renda mensal que varia entre um e dois salários mínimos; e duas que variam entre dois e três salários mínimos.

Somente cinco mulheres obtiveram trabalho com vínculo empregatício e direitos trabalhistas assegurados quer seja pelo regime de trabalho baseado na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) quer seja pelo Regime Estatutário (Serviço Público) em algum momento de sua trajetória profissional, sendo que destas, uma é funcionária pública; uma atuou como funcionária do SENAI; outra atuou como operária em uma fábrica; uma como recepcionista de consultório médico, por um pequeno período de tempo e outra como Secretária. As demais atuam ou atuaram como trabalhadoras autônomas da economia informal.

Nesse sentido, observa-se que grande parte das mulheres esteve ou encontra-se no mercado informal de trabalho e que poucas possuem escolaridade formal avançada ou além do ensino fundamental básico, prejudicando sobremaneira sua inclusão no mercado formal de trabalho atual.

Já I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) foi convocada pelo Governo Federal, através dos Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Agrário, sendo realizada em Brasília, entre os dias 26 e 29 de junho de 2006. Representou “[...] a oportunidade muito rica que se abre na política do Estado brasileiro para promover um fecundo e valioso diálogo sobre o modelo de desenvolvimento que se quer para o país e sobre o modelo econômico capaz de sustentar esse desenvolvimento”(Documento Base da I Conferência Nacional, MTE/SENAES, 2005, p.10).

Tal Conferência constituiu-se num espaço de debate com diversos setores da sociedade civil brasileira. Contemplou, entre as/os delegadas/os, um retrato da Economia Solidária, respeitando a sua diversidade, além de definir um elenco de propostas para a Economia Solidária no país. Contribuiu também, para a formação política dos participantes, pelo aprofundamento do debate das grandes questões nacionais e locais da Economia Solidária.

Participaram da Conferência gestores dos estados e municípios, que desenvolvem ou pretendem desenvolver políticas de fomento e apoio à Economia Solidária em seus âmbitos de ação. Foi necessário construir uma agenda que contemplasse os interesses e os objetivos destes três setores: entidades de Economia Solidária, entidades populares interessadas em Economia Solidária e órgãos públicos que desenvolvem políticas de Economia Solidária.

Cada conferência regional e estadual tomou contato com o Documento Base da Conferência Nacional organizando suas pautas de discussões conforme os temas propostos. É importante salientar que entre uma conferência e outra ocorreram várias



reuniões preparatórias e avaliativas das mesmas, das quais esta pesquisadora participou, auxiliando na formatação das atas e relatórios.

### **Estratégias e Procedimentos da Pesquisa**

Para realizar a aproximação da pesquisadora em relação ao grupo de trabalho informal das mulheres do Projeto Vivendo e Aprendendo, procurou-se considerá-las como acontecimentos dos quais a pesquisadora também fazia parte. Por isso, não foi realizada uma simples observação, mas sim, observações participantes, entremeadas por conversas ou quase-conversas, numa articulação entre as diversas interações sociais, com ativa participação nas atividades realizadas nos encontros semanais das quartas-feiras, durante 18 meses. Vários aspectos desses encontros foram rotineiramente anotados em um caderno denominado diário de campo. O objetivo era o de compreender os sentidos co-produzidos pelos diálogos entre as pessoas, vividos pelos integrantes da pesquisa, incluindo obviamente a pesquisadora, como membro dessa prática social.

Foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado. Foram realizadas treze entrevistas entre a pastora, a esposa do pastor, a voluntária e as mulheres do projeto. O que se pretendia com este instrumento era mais do que meramente captar uma realidade assumida, mas de se compreender no discurso das participantes: o processo, o movimento e o sentido que para elas tinham sobre a Comunidade Monte Moriá, a possibilidade de se montar uma cooperativa, e o entendimento do trabalho em grupo para gerar trabalho e renda.

As entrevistas, então, passaram pelos seguintes passos de análise: transcrição; padronização para montagem do banco de dados; e elaboração dos mapas de associação de idéias de cada uma das mulheres. Esses mapas são resultantes da resignificação da noção de rigor que decorre da revalorização dos métodos qualitativos como formas legítimas de fazer ciência. Os mapas “Constituem instrumentos de visualização que têm duplo objetivo: dar subsídios para o processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo” (Spink, 2000, p.107).

Já para responder as questões de pesquisa relativas ao Documento Base, a pesquisadora participou, entre os meses de maio e junho de 2006, das conferências regional e estadual, e acompanhou, por meio de reuniões preparatórias e avaliativas, a Conferência Nacional de Economia Solidária, promovida pelo Governo Federal. Todas estas reuniões foram registradas em atas e relatórios. Para efeito desta pesquisa foi utilizado um total de nove documentos (oito relatórios e a Ata N°01/2006).

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma perspectiva construcionista (SPINK e FREZZA, 2000) onde o conhecimento é sempre o resultado de uma construção

coletiva que gera a realidade e as versões que temos dela e, por isso, o conhecimento não é algo que alguém tem, mas é algo que as pessoas fazem juntas.

### **Análise dos Resultados**

As mulheres integrantes do projeto, não fazem nenhuma referência a respeito dos seguintes aspectos: desenvolvimento social, assistência técnica, arranjo produtivos locais, desenvolvimento, globalização solidária, transformação estrutural, estado democrático, soberania nacional, demonstrando ser partes de discursos muito distantes das suas realidades sócio-econômica-cultural. O grupo de trabalho informal está mais voltado para questões internas de grupo, que envolvem: trabalho conjunto, distribuição de renda, proprietário, trabalhar por uma causa comum, geração de renda, justiça, autonomia, afetividade, visão do processo de trabalho e quantidade de pessoas, sem observar as questões mais ampliadas do movimento manifestado por meio do Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária.

Enquanto o Documento Base ressalta a importância e a centralidade do ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada da riqueza, as mulheres aliam a cooperativa ou o trabalho em grupo como uma forma de resgatar o próprio ser humano em suas necessidades afetivas, tornando-se um lugar para rir, trocar, brincar, relacionar-se, conversar, discutir e, porque não, ganhar dinheiro. Neste sentido, seria um local de trabalho que promove mais a saúde mental e o bem-estar das pessoas do que simplesmente a geração de renda. Acreditam que é mais importante a união do grupo do que propriamente o que irão produzir. Buscam uma causa comum e não objetivos comuns como numa empresa capitalista. Neste ponto, o grupo de trabalho informal parece se aproximar do Documento Base. No entanto, o que as mulheres não percebem é que estão envoltas em um processo social mais amplo, advindo de uma sociedade estruturalmente injusta e desigual. Não há, portanto, uma visão crítica da sociedade.

Talvez isso se explique, em partes, pela proximidade entre os valores cristãos e os valores propagados pelo movimento da Economia Solidária, tendo aí um forte apelo à questão da religião. No entanto, um dos limites da religião é que ela, com raras exceções, não privilegia conteúdos sócio-político-econômicos que impedem as pessoas de se conscientizarem. Neste sentido, é forte o discurso das mulheres de que a cooperativa, por exemplo, estaria diretamente vinculada à idéia de geração de renda e não a uma mudança estrutural da sociedade. Segundo Singer (2002) a Economia Solidária não deveria ser apenas uma reação da sociedade frente à falta de emprego, pois isso fatalmente a transformaria em mais uma forma complementar da economia capitalista. Já Souza (2006) acredita que as transformações da sociedade ocorrem simultaneamente ao sistema hegemônico, sendo construídas a partir do sistema vigente até alcançar maturidade

suficiente para se transformar definitivamente. Esta transformação deve vir embasada por meio de um processo educativo que leve as pessoas a refletirem sobre os princípios da Economia Solidária, principalmente àquelas populações excluídas do sistema e aliadas aos movimentos sociais, que buscam resgatar a auto-estima, “quebrando” com o assistencialismo.

O Documento Base traz a idéia de que a Economia Solidária está baseada na igualdade de direitos de todos os sócios sobre a associação ou cooperativa, bem como na noção de que a propriedade é coletiva e não mais privada. A maior parte das mulheres entrevistadas não soube nem definir o que seria uma cooperativa. Para elas, cooperativa teria a noção de “trabalhar juntos” e, para que isso possa ocorrer, deve haver a união do grupo, o que é bastante complicado de se conseguir, pois não há confiança entre elas. Além disso, também há falta de interesse em participar, há o medo do desconhecido ou porque algumas das mulheres terão dificuldades para compreender e aceitar a filosofia de trabalho de uma cooperativa, nos moldes da Economia Solidária. Portanto, constituir um grupo é trabalhoso e este grupo transformar-se em uma cooperativa com igualdade de direitos e de propriedade coletiva, parece ser algo ainda distante de se concretizar no grupo estudado.

Com relação à idéia de igualdade de direitos dos sócios, que implica no conceito de uma sociedade sem classes e, por isso, incluyente, as mulheres possuem um padrão de comportamento de exclusão dentro do próprio grupo que, por sua vez, já é excluído da sociedade. Não se pode esquecer que este grupo é o retrato do que o sistema capitalista é capaz de fazer, isto é, a exclusão total, inclusive do direito de pensar, provocando o movimento da exclusão dentro da exclusão, fragmentando e fragilizando cada vez mais os indivíduos e os grupos, os quais poderiam, de alguma forma, resistir ao processo enquanto atores sociais e não como expectadores vitimizados pelo sistema capitalista.

Ainda em relação ao item 3, que também traz a autogestão como ponto chave de um empreendimento solidário, o grupo de trabalho informal ainda é dependente do processo hierárquico da sociedade, acreditando que deve ser comandado por alguém mais experiente, mais inteligente e mais bem preparado. Neste sentido, as mulheres do grupo criaram uma relação de dependência e de submissão à pastora e aos responsáveis pelo projeto Vivendo e Aprendendo. Para a Economia Solidária e para o Documento Base, a autogestão é um dos princípios básicos deste novo modelo de desenvolvimento econômico e social, buscando a emancipação do trabalhador e da trabalhadora, culminando numa sociedade sem classes. É, portanto, um processo de aprendizagem de novos valores que demandará tempo necessário para que cada grupo e cada pessoa possam aprender, além da necessidade de obterem conscientização política do processo. Apesar disso, algo que chama a atenção em algumas das entrevistadas é que o fato de possuir baixa escolaridade

(não haver passado pelos processos pedagógicos voltados para o vestibular e para uma sociedade do emprego) e também por não haver experienciado o trabalho assalariado demonstram maior percepção do contexto de trabalho humano e maior disponibilidade para aceitar a autogestão de uma cooperativa.

Também demonstraram muitas dificuldades em expressar suas verdadeiras opiniões, esperando que alguém fale por elas. O fato das pessoas sentirem-se livres para falarem em uma cooperativa, também exigirá uma mudança dos valores hierarquizados a que se está acostumado, para um valor de cooperação e respeito pelas opiniões e idéias de todos para o bem comum. Neste sentido, o Documento Base parece conceber pessoas que saibam sobre seus direitos e também, saibam se posicionar, havendo pouca coerência com o que foi encontrado no grupo de trabalho informal estudado.

A questão da auto-estima mostra-se fortemente abalada entre elas por acharem que não são dignas de uma vida melhor, de buscar e de cobrar por seus direitos deixando a cargo de outros ou de um “salvador da pátria” a resolução de seus problemas pessoais e comunitários, aprofundando o comportamento de dependência, demonstrando total distanciamento do discurso do Documento Base quando remete a noção do trabalho emancipado. Souza (2006) comenta sobre a perspectiva de que a Economia Solidária tem de trabalhar com as populações excluídas e sua inserção social por meio de elevação de sua auto-estima, estimulação da criatividade, mostrar que são capazes de produzir coisas úteis e de que têm direitos. Pretende-se criar uma nova cultura do trabalho ajudando as pessoas a compreenderem que o emprego não é a única forma, mas que é característico de um dado momento histórico. E ainda, aprender outras formas de organização da vida material que não seja a baseada na exploração de um ser humano por outro, na busca incansável pelo lucro.

O Documento também reza que deve ser difundido na sociedade um consumo ético, consciente e solidário. Mas de que sociedade está-se falando? Já que milhões de pessoas estão excluídas da possibilidade de consumir, a não ser para saciar o mínimo das necessidades básicas humanas, como é o caso do grupo de trabalho informal estudado. Neste sentido, não há a compreensão do grupo em relação ao significado de se consumir um produto originado de um processo em que se explora o trabalho alheio e se degrada o meio ambiente. E também não são trabalhadoras, como alega o texto base que atuavam no mercado formal, que consumiam pela remuneração e que vieram a perder o emprego, tornando-se excluídas da possibilidade de consumo, pois, em sua maioria, as mulheres nunca foram formalmente empregadas e, portanto, sempre excluídas do consumo. Neste sentido, o Estado é chamado à responsabilidade para a defesa dos direitos universais dos trabalhadores.

A Economia Solidária alerta para a emergência de um novo ator social, portador de possibilidades de superação das contradições próprias do capitalismo. O que se observa no grupo de trabalho informal estudado é exatamente o contrário. É um grupo que não enfrenta os problemas por meio de debates, análises, planejamento e organização de ações que favoreçam a comunidade ou o próprio grupo. Neste sentido, as mulheres integrantes do Projeto de Ação Social Vivendo e Aprendendo, não podem ser consideradas como sujeitos políticos no sentido exposto pelo Documento Base, pois não há envolvimento delas nas questões de comunidade. Elas assumem o papel de expectadoras dos problemas sociais em que se encontram submersas, portanto, passivas.

Elas também não se entendem parte integrante de um grupo forte, havendo ainda a necessidade de se trabalhar a questão da união entre elas, já que o que dificulta esta união é a exclusão de si e do outro, o desânimo e a falta de uma renda fixa para se manter no projeto. A Economia Solidária compartilha valores e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares. No entanto, tal fato não encontra eco no grupo de trabalho informal entrevistado, por não serem pessoas politicamente atuantes na sociedade. Ao contrário sempre que lhes foi solicitado que participassem de uma reunião sobre Economia Solidária, de um curso sobre o tema ou de qualquer evento similar, não demonstraram interesse. Portanto, não é uma comunidade conforme a prevista pelo Documento Base, que se mobiliza para o desenvolvimento comunitário ou solidário. Também não percebem que a união delas e das suas forças a outros grupos e movimentos sociais podem lhes beneficiar, ampliando-lhes o foco de visão e de sua integração ao meio social.

Na realidade, a intervenção nesse grupo surgiu a partir do interesse de uma comunidade religiosa que estava disposta a realizar trabalhos sociais e não pelo engajamento do próprio grupo de mulheres em relação ao seu desenvolvimento, conforme se observa no Documento Base. Para implantar o Projeto de Ação Social houve a busca de apoio por meio de parceiros como, por exemplo, as universidades. Tal apoio foi caracterizado por um trabalho de esclarecimento de questões ligadas à saúde, ao trabalho e à educação, desacompanhado da questão política e, portanto, de caráter assistencial. Observou-se também que não havia profissionais preparados para lidar com conteúdos referentes à Economia Solidária. Muitos dos profissionais, inclusive, demonstraram total desconhecimento. Faz-se necessário, então, investir na formação dos educadores, pelo menos no Estado do Paraná, para que os princípios do movimento da Economia Solidária não se desvirtuem e se transformem em coadjuvantes do sistema econômico atual, conforme denota o item 27 do Documento Base.

A partir de observações das Conferências Regional e Estadual, das reuniões preparativas e avaliativas das conferências incluindo a Nacional, das reuniões pró-fórum regional de Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana, observou-se que enquanto no Brasil existem indivíduos e grupos engajados no processo de análise e discussão de propostas relativa à Economia Solidária como uma política pública, ainda se pode encontrar grupos fortemente alienados do processo, como é o caso do grupo estudado. Senão houver alguém que faça esta ponte de ligação entre eles e as questões macro que estão sendo discutidas, parece que há grande probabilidade de permanecerem alijados do processo político e das mudanças estruturais.

Segundo o Documento Base, para uma comunidade ou grupo sobreviver e progredir, ela precisa se unir e se organizar em arranjos produtivos locais ou em cadeias produtivas. No caso do grupo de trabalho informal o processo de comercialização é um ponto fortemente atacado devido ao grau de dificuldade encontrado para a entrada do produto da comunidade no mercado. Um dos grandes problemas dos empreendimentos solidários é a garantia do escoamento da produção e da prestação de serviços que, por falta de condições financeiras e estruturais, apresentam grandes dificuldades para entrar e se manter no mercado tradicional. Neste sentido, há necessidade de se discutir formas de comercialização que agreguem espaços específicos para produtos solidários, como a formação de feiras, *shoppings*, eventos, entre outros.

Singer (2000) aponta para essa dificuldade, qual seja a de como os empreendimentos farão para inserir seus produtos no mercado consumidor sem se aproximar das práticas capitalistas. O mercado regulador e altamente competitivo dificulta o acesso dos produtos dos empreendimentos solidários. A lógica do mercado está organizada de tal forma que dificilmente se encontram espaços viáveis para o escoamento da produção, tornando-se subjugado a lógica de reprodução e acumulação do capital (TOMÉ, 2005).

Singer (2002) comenta que para a Economia Solidária transformar-se em competidora de atenção do capitalismo ela terá que alcançar “[...] níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológicos solidários” (SINGER, 2002, p. 121). Sobre o problema de escoamento da produção Mance (2003) é um dos autores que propõe a formação de redes de empreendimentos solidários com o objetivo de enfrentar a reprodução do capitalismo:

No item 16 do Documento Base em que a Economia Solidária é desafiada a apresentar soluções sócio-econômicas para além dos problemas imediatos, o grupo de trabalho informal ainda está questionando questões como:

- o processo de se abrir uma empresa ou uma indústria, para se conseguir nota fiscal e, conseqüentemente, a entrada do produto em pontos de vendas, é extremamente burocrático, exigente e oneroso, dinheiro do qual o grupo não dispõe;
- a abertura de uma cooperativa exige capital e um número mínimo de 20 integrantes, também esteve fora da alçada do grupo estudado;
- a inexistência de subsídio para as pessoas que estão iniciando o processo de geração de trabalho e renda para poderem se manter no trabalho até que o empreendimento comece a se auto-sustentar;

E, por fim, a alta similaridade encontrada entre os 32 itens analisados no Documento Base da Conferência Nacional e o referencial teórico adotado nos autores de Singer (2006; 2004; 2000; 1999), Mance, (2003), Arruda (2006), Tiriba (2004) e Souza (2006), bem como a baixa similaridade deles em relação aos sentidos encontrados no Grupo de Trabalho Informal desse estudo, leva-nos a questionar sobre a elitização do processo em si, bem como a promoção da exclusão dos que “não sabem” pelos que “sabem” de um profundo debate sobre a necessidade de uma nova ordem social, com mudanças estruturais da sociedade, onde os que “não sabem” são diretamente afetados, ajudando a manter a antiga separação entre o pensar e o agir, entre o estratégico e o operacional e entre o dominante e o dominado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo proporcionou a aproximação do leitor ao movimento da Economia Solidária que está ocorrendo em populações das mais variadas localizações deste país, ainda que com pouca visibilidade pela sociedade.

No Estado do Paraná, apesar de haver inúmeros encaminhamentos desse movimento, ainda não se fortaleceu. Já no grupo de trabalho informal estudado, observou-se vários percalços e também conexões ou não-conexões ou, com outras palavras, aproximações ou distanciamentos ao que foi discutido no Documento Base que subsidiou a I Conferência Nacional de Economia Solidária. Essas aproximações e distanciamentos entre os sentidos presentes nas discussões e conversas das mulheres integrantes do grupo de trabalho informal, com os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, trouxeram inúmeras luzes sobre o que ocorre para a concretização em maior ou menor grau dos princípios da Economia Solidária na sociedade.

Primeiramente, constatou-se a diversidade das vozes, nomes e referências, que demonstram a complexidade do processo da Economia Solidária, bem como a diversidade de interesses e necessidades dos atores sociais envolvidos em cada um dos segmentos:

dos Representantes do Poder Público, das Entidades e Organizações da Sociedade Civil e dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Em segundo lugar, pode-se dizer que a Economia Solidária mostrou-se, no Documento Base, ora como um modelo de desenvolvimento econômico e social, ora apenas como um coadjuvante desse modelo. Ou seja, ao mesmo tempo em que é percebida como um modelo capaz de sustentar econômica e socialmente um país também é remetido a um papel de mera coadjuvante desse processo, deixando claro que há fragilidades no modelo e no discurso do documento de domínio público. Ou seja, da forma como se encontra o Documento Base a Economia Solidária não se constitui num projeto de desenvolvimento para o país, mas sim um documento que apresenta diversos pontos que precisam ser ajustados, ampliados, repensados, direcionados e não uma proposta concreta de desenvolvimento econômico e social.

Em terceiro lugar, considerando que o termo “Economia Solidária” apresentou grande quantidade de sentidos ligados à proposta de um modelo de desenvolvimento econômico e social e, considerando que à medida em que se organiza e se integra, ela dá lugar a uma sociedade sem classes, o uso do termo “Economia Solidária” estaria mais adequado a tais propósitos do que o termo “Economia Popular Solidária”. Isso porque este último supõe uma divisão entre a classe popular e as demais ou entre uma economia formal e a informal, justamente a que o movimento pretende superar.

Em quarto lugar, verificou-se pouca interconexão entre os sentidos presentes nas discussões e conversas das mulheres integrantes do grupo de trabalho informal, sobre a solidariedade e a organização de atividades econômicas, com os sentidos sobre Economia Solidária presentes no Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária. Tal fato demonstra claramente o quanto há por se fazer a começar pela real compreensão do movimento da Economia Solidária em grupos, como o estudado nesta tese, que não se encontram envolvidos em lutas históricas das classes populares, apesar de igual exclusão.

Além disso, as observações e participações nas conferências e nas reuniões preparatórias e avaliativas das três conferências constatou-se claramente que os conceitos da Economia Solidária são poucos conhecidos, pelo menos no Estado do Paraná, tanto fora como dentro do movimento. Há vários desencontros de conceitos e de práticas. São pessoas e grupos interessados em participar do movimento, mas que na prática ainda persistem na manutenção do sistema capitalista. Parece premente a formação política sobre Economia Solidária para os atores sociais que dela participam ou que pretendem participar. É necessário observar não somente a quantidade de entidades formadoras, mas que elas tenham qualidade e conteúdo para contribuir na formação dos empreendimentos e dos



atores sociais, baseadas em uma metodologia capaz de desfamiliarizar conceitos profundamente enraizados em nossa sociedade. Além disso as formações devem ser contínuas.

Enquanto o Documento Base se preocupou com questões mais ampliadas do movimento da Economia Solidária, o grupo de trabalho informal estudado preocupou-se com questões individuais e, por vezes, grupais sem perceber a real dimensão do movimento. Várias mulheres do grupo estudado acreditavam que a responsabilidade de sua situação sócio-econômica era única e exclusivamente delas e não de um sistema que “joga fora” milhões de trabalhadores e trabalhadoras, do direito à cidadania. Constatou-se, assim, o distanciamento quase que brutal do sujeito político referido pelo Documento Base e o sujeito encontrado no grupo de mulheres estudado, devido ao pouco interesse demonstrado por elas sobre o real entendimento do contexto que o movimento da Economia Solidária se propõe a anunciar. Princípios como: solidariedade, autogestão, cooperação e distribuição de renda são vistos como desejáveis de serem praticados, mas efetivamente quando se fala numa dimensão macro social, tal disponibilidade desaparece.

Assim, os sentidos que circulam no grupo de trabalho informal são bem menos diversificados quando comparados ao Documento. Foi-se em vão, o fato de ter usado o conceito de cooperativa na expectativa de que ele pudesse materializar as mulheres os sentidos do movimento da Economia Solidária, pois poucas souberam defini-lo. As entrevistas, então, funcionaram ao mesmo tempo para coletar e compreender os sentidos que circulam sobre Economia Solidária como também ajudaram na apresentação e na construção inicial desses conceitos.

Mostra-se necessário, portanto, que na formação sobre Economia Solidária a ser realizada para essa população, inclua-se questões macro e micro estruturais, para se compreender melhor o que ocorre em seu local, município, estado, país e mundo, e evitar que seja apenas um desenvolvimento endógeno do grupo e de suas relações com o mercado.

Ironicamente o Documento Base, que pretende ser a voz e a materialização do movimento da Economia Solidária, mostrou-se elitizado para o público estudado, devido a sua dificuldade de acesso, tanto na compreensão dos conceitos quanto do debate, por estar restrito a algumas pessoas e grupos. Apesar do esforço despendido pelo Grupo de Trabalho Brasileiro, constituído pela Cáritas, ANTEAG, FASE, ADS/CUT, UNITRABALHO, Rede Universitária de Incubadoras, IBASE; e também por ações institucionais como: a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; da Rede de Gestores de Políticas de Economia Solidária; da SENAES; da criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, ainda não

se estabeleceu uma forma adequada e eficaz de difusão de informação sobre a Economia Solidária na região e no Estado.

Há algumas poucas iniciativas de disseminação da informação pela Internet, com a criação de um *site* de âmbito nacional, que concentra informações de todos os estados brasileiros, ou de *sites* institucionais, ou grupos de discussão no formato *e-group*. O que se observa é que nem todas as pessoas interessadas e envolvidas com o movimento possuem acesso a esse tipo de veículo de informação. Portanto, a informação repassada de “boca-a-boca” parece ser um importante instrumento de comunicação no movimento.

A partir de observações nas Conferências Regional, Estadual, das reuniões preparativas e avaliativas das conferências incluindo a Nacional, das reuniões pró-fórum regional de Economia Solidária de Curitiba e Região Metropolitana, foi possível levantar algumas dificuldades, bem como as contradições do movimento da Economia Solidária no Paraná. Uma das principais dificuldades observadas é a de que o movimento da Economia Solidária precisa convencer a maioria da sociedade de que é relevante e necessário, já que num primeiro momento, constitui-se em resposta concreta para que uma parcela da sociedade possa enfrentar a precarização do trabalho. Por meio da Economia Solidária recuperam-se empresas falidas e organizam-se grupos excluídos da sociedade como: grupo de mulheres, de catadores e recicladores de lixo e de agricultores familiares, entre outros. Porém, a existência de um setor de atividade produtiva que congrega parcela considerável de trabalhadores/as brasileiros/as, ainda não se tornou visível para a maior parte da sociedade.

Outra dificuldade observada é a de que existem fortes embates e disputas de poder entre empreendimentos ou entre instituições de apoio, ou mesmo, entre gestores públicos, que procuram de alguma forma, defender pontos de vistas próprios e/ou institucionais, esquecendo-se que o movimento da Economia Solidária deve ser considerado em seu contexto mais amplo.

A nova configuração de geração de trabalho e renda encontrada no Brasil e no Paraná aqui discutida remete a um marco legal obsoleto. Assim, torna-se necessário que a legislação reconheça as cooperativas voltadas para trabalhadores, camponeses e mulheres artesãs, só para citar alguns e, também, que sejam eliminadas as falsas cooperativas, garantindo as verdadeiras, assegurando ao trabalhador cooperado os direitos trabalhistas consignados na Constituição. Neste sentido, a contradição que se coloca é que enquanto não houver a adequada modificação da legislação atual, as regras válidas para as grandes cooperativas serão as mesmas para as cooperativas populares, o que dificulta sobremaneira a formalização da maioria dos grupos coletivos.

Em um sentido mais restrito, a falta de solidariedade e de colaboração entre os atores sociais em relação ao movimento da Economia Solidária é um dos seus pontos frágeis. Em alguns casos, observou-se que os valores da cultura capitalista sobressaem-se, privilegiando interesses pessoais e/ou grupais em detrimento de um processo maior.

Na realidade, convive-se com situações muito contraditórias. Por isso, a mudança de valores e de atitudes se faz necessária, pois a idéia de que não há alternativas ao capitalismo conseguiu um nível de aceitação que provavelmente não tenha precedentes na história do capitalismo mundial. No entanto, nos últimos anos esta situação começou a mudar, a partir do renascimento do ativismo em favor de uma globalização contra-hegemônica. E, apesar do passado recente do movimento da Economia Solidária para construir uma identidade e do resgate de um projeto histórico, é necessária a maior aproximação, em sua forma “institucionalizada”, com os atores sociais e destes para com o movimento, pois assim ele será legítimo no cotidiano das pessoas e dos grupos da sociedade como um todo.

Neste sentido, o campo da Economia Solidária é fértil em pesquisas, por ser um movimento bastante intenso e diversificado, exigindo a construção de um quadro teórico mais aprofundado.

E por fim, o fortalecimento cada vez maior da Economia Solidária tem como pano de fundo além da questão imediata e material de formas de se ganhar a vida, a necessidade premente de se resgatar as pessoas perdidas no tempo do capitalismo. Há necessidade de se resgatar o humano, a subjetividade, os vínculos, a solidariedade, os relacionamentos, a auto-estima, o ser integral, a natureza e não somente persistir no aspecto econômico, no lucro. Neste sentido, a vivência desta pesquisadora junto ao grupo de mulheres estudado, mulheres de baixa renda, baixa auto-estima, baixo respeito, baixo amor próprio e baixo amor pelo outro, pode apontar movimentos que estão ocorrendo no atual sistema capitalista. Em última instância, apontaram os reais motivos que levaram a busca destas mulheres pelo grupo de trabalho informal, antes mesmo que elas compreendessem o verdadeiro sentido do movimento da Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. **Tornar Real o Possível. A Formação do Ser humano integral: Economia Solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- BERTUCCI, J. O. **A Economia Solidária do Pensamento Utópico ao Contexto Atual.** BH, 2005. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br). Acesso em: maio de 2006.
- DOWBOR, L. A. **Gestão social e transformação da sociedade.** Disponível em: <http://www.setor3.com.br>. Acesso em: 25/maio/2005.
- MANCINI, E.A. **Como organizar redes solidárias.** RJ: DP&A, Fase, IFIL, 2003.

- MTE, SENAES I Conferência Nacional de Economia Solidária: Documentos. Brasília, 2005, 51p.
- SINGER, P. **É Possível Levar Desenvolvimento a Comunidades Pobres?** Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) Acesso em: 15/03/2006. .
- \_\_\_\_\_. Prefácio de ARRUDA, M. **Tornar Real o Possível. A Formação do Ser humano integral: Economia Solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- \_\_\_\_\_. Relatório do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. Brasília, 13 de agosto de 2004.
- \_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** SP: Editora Perseu Abramo, 2002.
- \_\_\_\_\_. Economia dos setores populares. In: KRAYCHETE, G., LARA F., COSTA, B. (Orgs.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.143-165.
- \_\_\_\_\_. A Crise das Relações de Trabalho. In: NABUCO, M. R. & NETO, A. C. **Relações de Trabalho Contemporâneos.** BH: IRT da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999.
- SOUZA, A. I.; Entrevista concedida a autora em 28/03/06.
- SPINK, M.J.P. e FREZZA, R.M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: Spink, M. J. (Org) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano.** SP: Editora Cortez, 2000.
- SPINK, P. **Redes Solidárias, Autogestão e Solidariedade.** Texto organizado para a apresentação do XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, Porto Alegre, 2003. (A ser publicado)
- Análise de Documentos de Domínio Público In SPINK, M.J.P. e FREZZA, R.M. Práticas Discursivas e Produção de Sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: Spink, M. J. (Org) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano.** SP: Editora Cortez, 2000a.
- \_\_\_\_\_. A democratização do Poder local: gestão social na ótica subnacional. In: RICO, E. M. & RAICHELIS, R. **Gestão Social Uma Questão em Debate.** SP: Educ; IEE, 1999.
- TERMO TÉCNICO DE REFERÊNCIA. Programa Paranaense de Economia Solidária. Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Curitiba, 2004. Disponível em: [www.setp.pr.gov.br](http://www.setp.pr.gov.br)
- TIRIBA, L. & PICANÇO, I. S. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia” In: PICANÇO, I. e TIRIBA, I. **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária.** SP: Idéias & Letras, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Organizações Econômicas Populares: Desvelando contradições e desafios de estratégias populares de geração de trabalho e renda. In: Apostila do Curso de Formação Política do PT/PR, 1997.
- TOMÉ, G. F. **Economia Solidária: Humanização Possível No Interior Do Capitalismo?** In: CD do III Encontro Internacional de Economia Solidária: desenvolvimento Local, trabalho e autonomia. SP: Novembro, 2005.